

Entre algoritmos, territórios e resistências: Educação do Campo na produção do conhecimento contemporâneo brasileiro

 João Carlos Gomes¹,  Beleni Salete Grando²,  Lisanil da Conceição Patrocínio Pereira³

¹ Universidade Federal de Rondônia - UNIR. Centro. Av. Presidente Dutra, 2965. Porto Velho - RO. Brasil. ² Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT. ³ Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT.

Autor para correspondência/Author for correspondence: joaguato@unir.br

RESUMO. A produção do conhecimento científico no Brasil contemporâneo tem sido marcada pela intensificação do uso da inteligência artificial, pelas transformações tecnológicas e pelas desigualdades históricas. O objetivo é refletir sobre a ciência como prática social, ética e política, articulando educação, comunicação científica, tecnologia, políticas públicas e epistemologias contra-hegemônicas na educação do campo. A ciência brasileira se constrói em meio a tensões entre inovação, autoria, poder e compromisso social, evidenciando a relevância de experiências educativas não formais, narrativas afro-brasileiras e saberes técnicos como formas de resistência e reinvenção do conhecimento. A ciência, quando compreendida de forma plural e interdisciplinar, contribui para a democratização do saber e para a transformação da realidade social.

Palavras-chave: comunicação, ciência, inteligência artificial, inovação educacional.

Between algorithms, territories and resistances: science, education and communication in the production of contemporary Brazilian knowledge

ABSTRACT. The production of scientific knowledge in contemporary Brazil has been marked by the intensification of the use of artificial intelligence, technological transformations, and historical inequalities. The objective is to reflect on science as a social, ethical, and political practice, articulating education, scientific communication, technology, public policies, and counter-hegemonic epistemologies in rural education. Brazilian science is constructed amidst tensions between innovation, authorship, power, and social commitment, highlighting the relevance of non-formal educational experiences, Afro-Brazilian narratives, and technical knowledge as forms of resistance and reinvention of knowledge. Science, when understood in a plural and interdisciplinary way, contributes to the democratization of knowledge and the transformation of social reality.

Keywords: communication, science, artificial intelligence, educational innovation.

Entre algoritmos, territorios y resistencias: ciencia, educación y comunicación en la producción del conocimiento brasileño contemporáneo

RESUMEN. La producción de conocimiento científico en el Brasil contemporáneo se ha visto marcada por la intensificación del uso de la inteligencia artificial, las transformaciones tecnológicas y las desigualdades históricas. El objetivo es reflexionar sobre la ciencia como práctica social, ética y política, articulando la educación, la comunicación científica, la tecnología, las políticas públicas y las epistemologías contrahegemónicas en la educación rural. La ciencia brasileña se construye en medio de tensiones entre innovación, autoría, poder y compromiso social, destacando la relevancia de las experiencias educativas no formales, las narrativas afrobrasileñas y el conocimiento técnico como formas de resistencia y reinención del conocimiento. La ciencia, entendida de forma plural e interdisciplinaria, contribuye a la democratización del conocimiento y a la transformación de la realidad social.

Palabras clave: comunicación, ciencia, inteligencia artificial, innovación educativa.

Introdução

No presente artigo, propomos uma reflexão acerca do emprego de ferramentas de inteligência artificial enquanto dispositivos auxiliares em momentos pontuais do processo de escrita e organização textual, tais como a sistematização de ideias, o apoio à estruturação das seções e a revisão linguística preliminar. Cumpre salientar que a tessitura teórica, a definição dos percursos metodológicos, a escolha e a interpretação das referências, bem como o exercício analítico-crítico e a produção deste artigo, constituem atribuições exclusivas dos autores, que assumem integralmente a autoria intelectual, ética e acadêmica do conteúdo aqui apresentado. A inteligência artificial foi mobilizada de modo consciente, crítico e transparente, como ferramenta de apoio instrumental, sem jamais substituir o pensamento reflexivo, a autoria humana ou o compromisso científico com a originalidade e o rigor.

Simbolicamente, escolher o ponto de partida acerca do uso da inteligência artificial não somente inaugura páginas, mas também orienta leituras, estabelece chaves interpretativas e anuncia compromissos epistemológicos, sintetiza, problematização e articulação de temas que atravessam a produção do conhecimento. Ao refletir sobre a produção do conhecimento científico no Brasil contemporâneo, em um contexto marcado por transformações tecnológicas, desigualdades históricas e disputas narrativas, apresentamos uma leitura ampla e crítica da ciência como prática social, ética e politicamente situada.

A partir de um diálogo consistente com autores clássicos e contemporâneos, o texto inaugura uma compreensão da ciência que recusa a neutralidade acrítica e afirma a centralidade dos sujeitos, dos territórios e das experiências na produção do saber. Essa perspectiva ecoa diretamente no diálogo acerca da educação do campo até reflexões sobre inovação, formação docente e comunicação científica na escola pública brasileira.

Ao tensionar conceitos como autoria, originalidade, ética e responsabilidade intelectual diante da presença crescente de tecnologias digitais e sistemas algorítmicos, a educação do campo aqui debate de forma transversal dialogando com investigações sobre inteligência artificial, mais do que discutir ferramentas, os autores problematizam os sentidos da produção científica, situando-a em um campo de relações de poder, escolhas epistemológicas e compromissos sociais. Esse movimento se amplia quando o texto articula epistemologias contra-hegemônicas, saberes técnicos, compondo um panorama plural da ciência brasileira. Tal abordagem prepara o leitor para compreender temas articulados e não como textos isolados, mas como parte de um mesmo campo de reflexão que valoriza a diversidade de saberes, a interdisciplinaridade e a justiça cognitiva.

Assim, este artigo cumpre com o debate, sob uma perspectiva integrada, crítica e sensível às complexidades do presente. Ao fazê-lo, reafirma o compromisso com uma ciência que dialoga com a educação do campo, a comunicação, a cultura e a sociedade, entendendo o conhecimento não somente como produto acadêmico, mas como prática viva, situada e transformadora.

Reconhecemos que a produção do conhecimento científico nunca foi um ato neutro. Cada produção acadêmica carrega consigo as marcas do tempo, os contornos do território e os fios invisíveis das relações de poder que a atravessam (Foucault, 2001). A ciência na modalidade acadêmica longe de ser uma esfera puramente objetiva, emerge de contextos históricos e sociais, refletindo as tensões de uma sociedade marcada por desigualdades e disputas simbólicas. Na contemporaneidade, essa compreensão torna-se ainda mais complexa diante da crescente presença da inteligência artificial na produção intelectual, na organização e na difusão do conhecimento científico. Ferramentas algorítmicas capazes de gerar textos acadêmicos colocam em xeque conceitos clássicos como autoria, originalidade e responsabilidade ética, exigindo que a comunidade científica repense seus fundamentos epistemológicos (Morin, 2000; Freire, 1996).

Nesta perspectiva, a emergência desses agentes tecnológicos não deve ser interpretada como inovação instrumental. Ela revela, antes, uma transformação nos modos de pensar, comunicar e validar a ciência, deslocando o sujeito da centralidade do discurso e provocando inquietações sobre a legitimidade do saber produzido. Nesse cenário, a escrita acadêmica se torna um ato político, ético e cultural, capaz de refletir ou reproduzir estruturas de poder, ou de propor alternativas emancipatórias (Santos, 2010). Cada frase, cada conceito articulado em um texto científico, carrega a possibilidade de reafirmar ou contestar epistemologias dominantes, abrindo espaço para diálogos entre ciência, cultura e sociedade.

Neste cenário, o presente artigo surge dessa inquietação, procurando compreender o que significa produzir ciência em um tempo marcado por algoritmos, plataformas digitais, desigualdades históricas persistentes e disputas narrativas. Questiona-se, portanto, como pensar a ciência para além de sua dimensão técnica, enxergando-a como prática social, cultural e política, inseparável das tensões que atravessam a vida coletiva. A produção científica, nesse sentido, revela registro de descobertas e também ato de interpretação do mundo e de articulação de possibilidades de transformação social (Freire, 1996). Para responder a essas questões,

propõe-se uma análise que articula a educação do campo unidos pelo fio condutor da comunicação científica e pelo compromisso social com o conhecimento.

Metodologia

Este estudo foi desenvolvido com a utilização criteriosa de ferramentas de Inteligência Artificial (IA), incorporadas como recursos auxiliares em etapas específicas do processo de produção textual e de organização analítica. A adoção desses instrumentos fundamenta-se na compreensão da pesquisa em educação como prática situada em um contexto contemporâneo caracterizado pela crescente digitalização dos processos científicos, pela ampliação exponencial do volume de informações disponíveis e pela necessidade de metodologias que favoreçam a sistematização, o tratamento e a análise do conhecimento de forma rigorosa e reflexiva.

O emprego da IA, neste estudo e pesquisa, não se configura como substituição da análise humana, mas como apoio técnico-metodológico voltado à organização de ideias, à estruturação preliminar do texto e à revisão linguística inicial, permanecendo sob responsabilidade exclusiva dos autores a definição teórica, a condução metodológica, a interpretação dos dados e a construção analítica dos resultados. Tal perspectiva reconhece tanto as potencialidades quanto os limites epistemológicos dessas tecnologias, exigindo uma postura crítica quanto aos seus usos, especialmente no âmbito das pesquisas qualitativas, interpretativas e socialmente situadas, nas quais a produção de sentido está intrinsecamente vinculada à experiência, à historicidade e ao posicionamento do pesquisador.

No estudo desenvolvido por João Carlos Gomes (2025), a Inteligência Artificial é concebida não como agente epistêmico autônomo ou instância produtora de conhecimento científico, mas como recurso técnico-metodológico de caráter instrumental, mobilizado de forma pontual para apoiar processos de sistematização, categorização analítica e organização textual. Tal compreensão insere-se em uma perspectiva epistemológica que delimita com precisão o lugar da tecnologia no fazer científico, recusando qualquer forma de delegação do pensamento crítico, da interpretação dos dados ou da produção de sentidos aos algoritmos. Ao contrário, reafirma-se a centralidade do pesquisador como sujeito histórico, interpretativo e eticamente responsável pela pesquisa, cuja atuação envolve escolhas teóricas, decisões metodológicas e posicionamentos analíticos que não podem ser automatizados. Dessa forma, o

uso da IA é tensionado criticamente, reconhecendo suas potencialidades operacionais sem obscurecer os limites epistemológicos que preservam a autoria intelectual, a reflexividade e o compromisso científico do pesquisador.

Embora frequentemente apresentada sob o discurso da objetividade, da neutralidade e da eficiência técnica, a Inteligência Artificial não se constitui como tecnologia isenta de valores. Seus sistemas algorítmicos são desenvolvidos a partir de bases de dados selecionadas, critérios de classificação previamente definidos e modelos estatísticos que incorporam decisões humanas, interesses institucionais e econômicos, bem como matrizes culturais e epistemológicas situadas. Nesse sentido, como demonstram os estudos de Noble (2018) e O’Neil (2016), os algoritmos não apenas refletem, mas tendem a amplificar desigualdades sociais, reproduzir vieses culturais e reforçar hierarquias epistêmicas historicamente consolidadas, conferindo-lhes uma aparência de neutralidade técnica que dificulta sua problematização crítica.

Diante desse cenário, o uso da Inteligência Artificial em pesquisas educacionais exige uma postura de vigilância epistemológica contínua, sobretudo quando aplicada a contextos atravessados pela diversidade cultural, por desigualdades estruturais e por disputas simbólicas e políticas em torno da produção de sentidos. Conforme argumenta Gomes (2025), embora a tecnologia possa oferecer suporte metodológico relevante ao pesquisador — especialmente em tarefas de organização, sistematização e tratamento preliminar de informações —, ela não substitui processos fundamentais da pesquisa qualitativa, como a escuta atenta dos sujeitos, a contextualização histórica dos fenômenos educacionais e a interpretação sensível e situada das realidades investigadas.

No campo da educação, parcela significativa da produção científica ancora-se em abordagens qualitativas e interpretativas, nas quais a construção do conhecimento se orienta pela compreensão aprofundada dos sentidos, das narrativas, das práticas sociais e das experiências vividas pelos sujeitos. Nesses estudos, o conhecimento não emerge da simples identificação de regularidades estatísticas ou correlações automatizadas, mas de um processo analítico que articula discursos, contextos e relações sociais, reconhecendo a complexidade, a historicidade e a dimensão ética implicadas na investigação educacional.

A experiência relatada por Gomes (2025) demonstra que a IA pode contribuir para a organização inicial do material empírico — como identificação de recorrências temáticas, apoio à categorização textual e sistematização de grandes volumes de documentos — desde que o

pesquisador mantenha o controle epistemológico do processo analítico. A interpretação final, a atribuição de sentido e a leitura crítica permanecem como tarefas humanas, indissociáveis da experiência, da formação e do posicionamento político do pesquisador.

Com base nos pressupostos teóricos apresentados, Minayo (2012) reforça que a análise qualitativa exige sensibilidade teórica e rigor interpretativo, dimensões que não podem ser automatizadas sem empobrecimento do conhecimento produzido. A IA, portanto, atua como suporte técnico, e não como instância decisória.

O uso da Inteligência Artificial em pesquisa envolve também desafios éticos relevantes. Entre eles, destacam-se a transparência metodológica, a responsabilidade sobre os resultados gerados e o risco de desumanização do processo investigativo. Quando algoritmos passam a ocupar posição central, há o perigo de transformar sujeitos em dados e experiências em abstrações.

No estudo de Gomes (2025), a ética em pesquisa é compreendida como ética da escuta e do cuidado. Isso implica reconhecer que o conhecimento em educação nasce do encontro entre sujeitos, mediado por diálogo, linguagem e contexto. Nenhuma ferramenta tecnológica consegue substituir essa dimensão relacional do processo educativo e investigativo.

Inspirado em Paulo Freire (1996), Gomes sustenta que pesquisar é um ato político, e que toda metodologia carrega escolhas éticas. Assim, utilizar IA de forma crítica significa assumir que a tecnologia deve estar a serviço da emancipação do pensamento, e não da sua padronização ou controle.

Outro aspecto relevante diz respeito às relações de poder implicadas na adoção de tecnologias digitais na pesquisa acadêmica. A crescente dependência de plataformas e sistemas desenvolvidos por grandes corporações tecnológicas levanta questionamentos sobre autonomia científica, soberania de dados e colonialidade do conhecimento. Nesta perspectiva, Gomes (2025) argumenta que a adoção acrítica da IA pode reforçar hierarquias epistêmicas, deslocando o protagonismo do pesquisador para sistemas algorítmicos opacos. Por isso, defende uma postura metodológica na qual a tecnologia seja permanentemente interrogada, contextualizada e submetida aos objetivos éticos e científicos da pesquisa.

Essa perspectiva dialoga com Santos (2010), ao afirmar a necessidade de uma ecologia de saberes, na qual diferentes formas de conhecimento possam coexistir sem que uma seja subordinada à outra. A IA, nesse arranjo, é somente uma entre várias ferramentas possíveis, e não o critério de validade do conhecimento.

A Inteligência Artificial pode oferecer contribuições relevantes à pesquisa em educação, especialmente no que se refere à organização de dados, sistematização de informações e apoio à análise preliminar de grandes corpora textuais. No entanto, seu uso exige clareza epistemológica, rigor ético e compromisso político com a centralidade do humano no processo de produção do conhecimento.

Conforme evidencia o estudo de João Carlos Gomes (2025), a IA deve ser compreendida como instrumento auxiliar, subordinado à interpretação crítica do pesquisador. O conhecimento educacional continua sendo produzido por sujeitos históricos, corporificados e situados, que pensam, sentem e interpretam o mundo a partir de suas experiências e compromissos sociais. Assim, entre o humano e o digital, a pesquisa em educação encontra na IA não um substituto do pensamento, mas um recurso técnico que, quando bem utilizado, pode ampliar a capacidade analítica sem comprometer a densidade ética, política e epistemológica do conhecimento produzido.

Resultados

Os resultados deste estudo evidenciam como as transformações tecnológicas têm reconfigurado práticas educativas e comunicacionais, produzindo novos modos de ensinar, aprender e divulgar o conhecimento. As metodologias ativas mediadas por tecnologias digitais também revelam possibilidades inovadoras na construção do conhecimento acerca da educação do campo, conectando o ensino formal e informal à criatividade, ao pensamento crítico e ao letramento digital (Moran, 2015; Kenski, 2012).

Outro campo relevante refere-se à escola pública brasileira e à inovação como cultura inerente à educação do campo. Em contextos marcados por precarização estrutural e desigualdades sociais, a inovação não se limita ao uso pontual de tecnologias, mas envolve a construção coletiva de práticas pedagógicas críticas e contextualizadas, valorizando a formação docente e o protagonismo estudantil (Imbernón, 2011; Nóvoa, 2009). Similarmente, as políticas de Educação do Campo e as pedagogias indígenas reforçam a importância de epistemologias contra-hegemônicas, reconhecendo saberes locais, saberes populares e práticas culturais como componentes legítimos da produção científica e educacional (Quijano, 2005; Caldart, 2012).

As narrativas literárias afro-brasileiras, por sua vez, revisitam experiências históricas de opressão e resistência, revelando como a literatura e a cultura são formas de conhecimento que dialogam com a ciência e com a ética social (hooks, 2019).

Portanto, esta introdução estabelece o pano de fundo para compreender a ciência brasileira contemporânea como prática situada, atravessada por tensões tecnológicas, culturais e políticas, mas também como espaço de resistência, reinvenção e emancipação e é o que busca o novo Pronacampo a ser implementado no Brasil. O presente artigo propõe-se a percorrer esses territórios, mostrando que a produção científica não é somente um ato de registro, mas um gesto poético e ético capaz de transformar realidades e construir sentidos coletivos no tecido social do Brasil contemporâneo.

A autoria na produção científica

A autoria na produção científica nunca foi um conceito neutro na produção do conhecimento científico. Desde o surgimento da ciência moderna, a autoria desempenha função reguladora na circulação do saber, estabelecendo responsabilidades, legitimidade e reconhecimento acadêmico. Michel Foucault (2001, p. 57) observa que “a função do autor não é apenas individual; ela é uma categoria discursiva que organiza os campos de saber e determina os limites daquilo que pode ser dito”. Nesse sentido, a autoria transcende a mera assinatura em um artigo; ela constitui um mecanismo histórico que molda a forma como os textos científicos são interpretados, citados e avaliados. Ao introduzir a inteligência artificial como ferramenta capaz de gerar textos complexos, esse mecanismo é tensionado de maneira inédita, deslocando o sujeito humano da centralidade do processo de escrita e questionando a própria noção de responsabilidade intelectual.

A inteligência artificial, ao produzir conteúdo científico, não somente reproduz padrões de linguagem previamente codificados, mas também reorganiza informações e sugere combinações discursivas que podem parecer originais. No entanto, como destaca Morin (2000, p. 42), “o conhecimento científico deve ser compreendido em sua complexidade, assumindo limites, incertezas e implicações éticas de sua produção e circulação”. Quando os pesquisadores utilizam IA de forma acrítica, há o risco de homogeneizar discursos, silenciar saberes locais e reforçar desigualdades estruturais que já permeiam a academia.

O caráter técnico da inteligência artificial, muitas vezes percebido como neutro, esconde decisões epistemológicas e valores embutidos nos algoritmos. Isso implica que os textos gerados não são apenas produtos da tecnologia, mas também reflexos de escolhas humanas e institucionais que definem quais fontes, dados e referências serão priorizados. Em outras

palavras, a IA não elimina a responsabilidade ética do pesquisador; ao contrário, desloca sua atuação para o planejamento, supervisão e avaliação crítica do material produzido.

A questão ética se intensifica quando se considera a autoria coletiva e a atribuição de créditos. Quem detém a autoria de um texto criado parcialmente por algoritmos? Como declarar a participação da IA em artigos submetidos a periódicos científicos? E mais importante: qual é o impacto desse uso na construção do conhecimento e na legitimidade do saber? Foucault (2001, p. 62) argumenta que “a função do autor é um princípio de classificação do discurso; sua ausência ou deslocamento altera radicalmente a forma como os textos são lidos e valorizados”. Portanto, quando o autor humano se torna coadjuvante em favor de um agente tecnológico, a forma de avaliação, de citação e de reconhecimento acadêmico precisa ser repensada.

Além disso, o uso da IA suscita dilemas sobre integridade acadêmica. A prática acadêmica tradicionalmente valoriza transparência, rigor metodológico e originalidade. Um texto gerado por IA que não seja devidamente referenciado ou avaliado pode ser percebido como plágio ou fraude, mesmo que a intenção do pesquisador seja legítima. A responsabilidade ética, nesse contexto, não se limita a verificar a correção factual, mas se estende à interpretação crítica das informações, à contextualização dos dados e ao respeito aos direitos autorais e intelectuais.

Em paralelo, a incorporação da IA deve ser analisada sob a perspectiva social. Morin (2000, p. 46) enfatiza que “o conhecimento não é um produto isolado, mas uma prática social inserida em contextos históricos e culturais que condicionam sua validade e relevância”. A automatização do processo de escrita científica pode reforçar assimetrias entre pesquisadores com acesso a tecnologias avançadas e aqueles que permanecem em contextos de menor infraestrutura tecnológica. Por isso, discutir ética em IA não é somente uma questão de individualidade, mas também de justiça e equidade na produção e circulação do conhecimento científico.

A reflexão sobre autoria e IA também dialoga com perspectivas de epistemologias contra-hegemônicas. Quijano (2005, p. 79) alerta que “as epistemologias coloniais reproduzem hierarquias de poder, invisibilizando saberes locais e marginalizando culturas de conhecimento não europeias”. Quando a produção científica é mediada por algoritmos treinados majoritariamente em bases de dados eurocêntricas, há o risco de perpetuar esse padrão, desvalorizando narrativas e saberes de comunidades historicamente subalternizadas. Nesse

sentido, o uso ético da IA deve incluir o critério de diversidade epistemológica, garantindo que o conhecimento produzido não seja somente eficiente, mas também plural e inclusivo.

Outra dimensão crítica envolve a responsabilidade institucional. As universidades e periódicos científicos precisam estabelecer normas claras sobre o uso de IA definindo critérios para citação, coautoria e validação de conteúdo. A ausência de políticas claras aumenta o risco de conflitos éticos e jurídicos, além de impactar a confiança da sociedade no conhecimento científico. Conforme destaca Santos (2010, p. 101), “as instituições de saber devem se responsabilizar não somente pelo que se ensina ou pública, mas pelo modo como se constrói e distribui o conhecimento”.

Finalmente, mais do que discutir se a IA pode ou não ser utilizada na produção científica, é necessário questionar como, para quê e sob quais critérios éticos essa tecnologia deve ser incorporada. A IA não é um substituto do pensamento crítico; é uma ferramenta que, quando utilizada conscientemente, pode ampliar a capacidade de análise, organização e síntese do pesquisador. Porém, sem reflexão ética e crítica, a tecnologia pode se transformar em instrumento de homogeneização, perpetuando desigualdades e fragilizando a diversidade epistemológica. Morin (2000, p. 49) sintetiza esta perspectiva ao afirmar que “o desafio contemporâneo da ciência não é somente gerar mais informação, mas construir conhecimento com responsabilidade, consciência e solidariedade”.

Neste cenário, a discussão sobre autoria, inteligência artificial e ética na produção científica não se limita a questões tecnológicas ou práticas acadêmicas isoladas. Trata-se de um debate profundo sobre a própria natureza do conhecimento, sua função social e seu compromisso com a justiça, a pluralidade e a emancipação humana. A IA é uma oportunidade para repensar o conceito de autoria, mas também um alerta para a ética continuar a ser o princípio orientador da produção científica.

Além dos desafios éticos, é possível vislumbrar a inteligência artificial como uma ferramenta de apoio estratégico à produção acadêmica, desde que seu uso seja guiado pelo conhecimento crítico e pelo domínio do conteúdo pelo pesquisador. Morin (2000, p. 52) enfatiza que “a complexidade do conhecimento não exige somente técnicas, mas discernimento humano na articulação de ideias, na interpretação de dados e na tomada de decisões éticas”. Nesse sentido, a IA não deve ser vista como substituta do pensamento crítico, mas como instrumento que potencializa a capacidade investigativa do pesquisador, organizando informações, sugerindo correlações e facilitando a análise de grandes volumes de dados.

O uso consciente da IA requer que o pesquisador mantenha controle total sobre o seu próprio banco de dados e fontes de informação. Ao empregar algoritmos para gerar ou organizar textos, é essencial que as bases de dados utilizadas sejam escolhidas criteriosamente, garantindo confiabilidade, diversidade epistemológica e relevância contextual. Santos (2010, p. 105) reforça que “o conhecimento científico deve ser construído com atenção às fontes, à procedência da informação e à pluralidade dos saberes”, o que implica que a IA deve atuar como suporte, e não como agente autônomo, da produção do conhecimento.

Essa perspectiva propõe uma simbiose entre inteligência humana e artificial. O pesquisador, detentor da experiência e do julgamento crítico, direciona os algoritmos, define parâmetros, seleciona referências e interpreta os resultados, enquanto a IA realiza operações de organização, análise de dados e formatação textual que seriam extremamente trabalhosas e demoradas se realizadas manualmente. Morin (2000, p. 55) argumenta que “a tecnologia deve servir ao pensamento, e não o substituir; é o discernimento humano que confere sentido, ética e profundidade ao conhecimento produzido”.

Ao integrar a IA dessa forma, a produção científica ganha eficiência, rigor e consistência, sem renunciar à originalidade e à responsabilidade intelectual. A utilização ética da IA reforça a necessidade de capacitação do pesquisador, promovendo habilidades de gestão de informações, análise crítica e avaliação de fontes, ao mesmo tempo em que preserva o protagonismo humano na construção do saber. Foucault (2001, p. 61) complementa, ao afirmar que “a função do autor permanece central na legitimação do discurso; a ferramenta tecnológica não pode dissolver a responsabilidade do sujeito sobre o que se produz e comunica”.

Neste contexto, a inteligência artificial deve ser entendida como aliada estratégica do pesquisador. Sua utilização responsável exige domínio do conteúdo, seleção criteriosa das bases de dados e reflexão ética constante. Ao combinar a capacidade técnica da IA com a interpretação crítica e a criatividade humanas, a produção científica torna-se mais robusta, plural e socialmente comprometida, alinhando-se à visão de uma ciência que não registra somente fatos, mas atua como instrumento de transformação social, ética e epistemológica.

Conforme Fernandes (2024), a autoria mediada por inteligência artificial exige revisão crítica constante e declaração ética explícita do uso da tecnologia, uma vez que a escrita algorítmica opera por recombinação de dados previamente existentes, sem intencionalidade, consciência ou responsabilidade discursiva. Assim, cabe ao pesquisador assumir integralmente

o controle epistemológico do texto produzido, garantindo rigor conceitual, transparência metodológica e responsabilidade intelectual sobre os sentidos construídos.

Reconhecemos que a discussão sobre autoria na produção acadêmica mediada por inteligência artificial (IA) revela tensões profundas entre tradição, responsabilidade e inovação tecnológica. Diversos estudos enfatizam que a IA não pode ser considerada autora no sentido acadêmico clássico, uma vez que não produz sentidos originais nem ocupa uma posição discursiva própria. Fernandes (2024, p. 78) afirma que “a escrita produzida por algoritmos opera por repetição parafrástica, recombina dados existentes sem gerar ruptura discursiva ou originalidade”, indicando que a IA somente simula a função-autor ao organizar sentenças coerentes a partir de bancos de dados digitais, sem intencionalidade ou responsabilidade ética.

Por outro lado, Rizzi (2025) argumenta que o impacto da inteligência artificial sobre a autoria acadêmica não é homogêneo, mas varia de acordo com o grau de intervenção algorítmica no processo de escrita. Enquanto usos restritos — como revisão linguística ou apoio à organização textual — preservam a centralidade da autoria humana, a geração integral de conteúdos pode diluir a função autoral, exigindo critérios éticos claros, domínio do conteúdo e posicionamento crítico por parte do pesquisador.

Desta forma, podemos reconhecer que a autoria humana é diretamente influenciada pelo grau de intervenção da IA. Rizzi (2025, p. 43) propõe um continuum de impacto: quando a IA atua somente na correção gramatical ou polimento de textos, o impacto sobre a autoria é baixo; já na geração integral de textos ou capítulos, a autoria humana corre risco de diluição, pois a função do autor se desloca da centralidade da produção intelectual. Essa perspectiva indica que a IA não é neutralidade técnica, mas força que molda a configuração do discurso acadêmico, exigindo do pesquisador vigilância crítica e domínio do conteúdo.

A responsabilidade, elemento constitutivo da autoria acadêmica, permanece exclusivamente humana. Fernandes (2024, p. 81) destaca que “a autoria envolve responsabilidade ética e jurídica pelo conteúdo, capacidade de responder por erros e interpretações, bem como domínio conceitual do objeto de estudo”. A IA, desprovida de agência e intencionalidade, não pode assumir tais atribuições, sendo somente um instrumento auxiliar. Assim, seu uso deve ser transparente, acompanhado de revisão crítica e claramente declarado, evitando riscos de plágio, citações inventadas ou perda da rastreabilidade do processo de produção (Rizzi, 2025, p. 47).

No entanto, a literatura também reconhece potencialidades legítimas da IA quando usada como ferramenta de suporte. A inteligência artificial pode organizar ideias, gerar resumos, auxiliar na leitura de grandes volumes de dados e estruturar esboços de pesquisa, desde que o conteúdo intelectual permaneça de autoria humana. Fernandes (2024, p. 84) ressalta que “a IA pode ser usada como ferramenta legítima, desde que o humano mantenha a autoria, realize revisão crítica e assuma responsabilidade pelo texto final”. Esta abordagem permite conciliar eficiência tecnológica com rigor acadêmico, preservando a ética e a originalidade do trabalho científico.

Em síntese, a reflexão atual converge para três pontos fundamentais: primeiro, a IA não é autora; segundo, a autoria humana é relativa ao grau de intervenção tecnológica; terceiro, a utilização ética da IA exige transparência, revisão crítica e domínio do conteúdo pelo pesquisador. Dessa forma, a inteligência artificial torna-se não uma ameaça à autoria, mas uma aliada estratégica, potencializando a produção científica sem dissolver o protagonismo humano.

Considerações finais

Entre algoritmos, territórios, narrativas e resistências, a ciência brasileira revela-se plural, contraditória e profundamente humana. Ao longo deste artigo, foi possível observar que produzir conhecimento não se reduz à acumulação de dados, à replicação de protocolos ou à reprodução mecânica de teorias; trata-se de um ato ético, político e social, que demanda atenção constante à justiça, à diversidade epistemológica e à transformação concreta da realidade.

A presença crescente da inteligência artificial na produção científica desafia conceitos tradicionais de autoria, originalidade e responsabilidade ética, evidenciando que tecnologia sem reflexão crítica pode reforçar desigualdades e homogeneizar saberes. No entanto, quando utilizada como suporte consciente — mediando ideias, organizando informações e potencializando a criatividade humana — a IA torna-se ferramenta legítima, desde que a autoria e o domínio conceitual permaneçam com o pesquisador.

A análise das políticas de Educação do Campo e das epistemologias descoloniais reforça a necessidade de reconhecer e valorizar saberes historicamente silenciados, construindo uma ecologia de saberes capaz de enfrentar estruturas coloniais de poder e epistemologias dominantes. Nesse sentido, a literatura produzida por vozes subalternizadas, como as narrativas

de resistência negra e feminina, cumpre papel epistemológico e político, expandindo o conceito de ciência para além de técnicas e fórmulas, incorporando memória, experiência e cultura.

Portanto, este artigo defende uma ciência situada, crítica e comprometida: uma ciência que questiona, que problematiza, que conecta saberes diversos e trabalha para transformá-lo de forma significativa, ética e inclusiva. Produzir conhecimento é, acima de tudo, um exercício de responsabilidade social, de criatividade epistemológica e de diálogo entre humanos, tecnologias e territórios. Mais do que respostas definitivas, propõem-se aqui inquietações: a ciência relevante é aquela que se compromete com a emancipação, com a diversidade, e com a construção de sociedades mais justas, conscientes de suas responsabilidades coletivas e de seu potencial transformador.

Referências

Caldart, R. S. (2012). *Educação do campo e políticas públicas: avanços e desafios*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Charaudeau, P. (2010). *Análise do discurso: entre linguística e semiótica*. São Paulo: Contexto.
Chassot, A. (2003). *Educação científica: alfabetização e formação de professores*. São Paulo: Cortez.

Fernandes, C. (2024). A autoria em textos produzidos por inteligência artificial e por alunos em uma perspectiva discursiva. *Revista da ABRALIN*.

Foucault, M. (2001). *O que é um autor?* Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.

Gomes, J. C. (no prelo). *Entre corpos e circuitos: cartografia crítica das produções do COEDUC/UFMT (2012–2024)*. Cuiabá: Pedro & João Editores.

hooks, b. (2019). *Teaching to transgress: education as the practice of freedom*. New York: Routledge.

Imbernón, F. (2011). *Formação de professores e inovação educativa*. Madrid: Morata.

Kenski, V. M. (2012). *Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação*. Campinas: Papirus.

Minayo, M. C. S. (2012). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec.

Moran, J. M. (2015). *Metodologias ativas para uma aprendizagem significativa*. Campinas: Papirus.

Morin, E. (2000). *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Nóvoa, A. (2009). *Profissão professor: limites e desafios da formação docente*. Lisboa: Porto Editora.

Noble, S. U. (2018). *Algorithms of oppression: how search engines reinforce racism*. New York: New York University Press.

O’Neil, C. (2016). *Weapons of math destruction: how big data increases inequality and threatens democracy*. New York: Crown.

Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In R. Grosfoguel (Org.), *Colonialidade e modernidade/racionalidade*. Quito: Ediciones Abya-Yala.

Rizzi, E. G. (2025). Impacto da IA na autoria de trabalhos acadêmicos. *Campo Grande News*.

Rizzi, E. G. (2025). Conversa com o ChatGPT: o uso de IA e seu impacto para autoria de trabalhos acadêmicos. *Jornal da USP*.

Santos, B. S. (2010). *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. Porto: Afrontamento.

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 18/02/2026
Aprovado em: 05/03/2026
Publicado em: 17/03/2026

Received on February 18th, 2026
Accepted on March 05th, 2026
Published on March, 17th, 2026

Contribuições no Artigo: Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The authors were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de Interesse: Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review

RBEC	Tocantinópolis/Brasil	v. 11	e20502	UFNT	2026	ISSN: 2525-4863
------	-----------------------	-------	--------	------	------	-----------------

Double review.

Agência de Fomento

Não tem.

Funding

No funding.

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Gomes, J. C., Grando, B. S., & Pereira, L. C. P. (2026). Entre algoritmos, territórios e resistências: Educação do Campo na produção do conhecimento contemporâneo brasileiro. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 11, e20502.

ABNT

GOMES, J. C.; GRANDO, B. S.; PEREIRA, L. C. P. Entre algoritmos, territórios e resistências: Educação do Campo na produção do conhecimento contemporâneo brasileiro. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 11, e20502, 2026.